



## SAÚDE

# Dengue atinge 1,6 mil casos fatais no país

Enquanto mortes aumentam, a imunização contra a doença segue baixa. Ministério recomendou a ampliação da faixa etária

» RAPHAEL PATI

Paulo Pinto/Agência Brasil

**A**nova onda de dengue segue causando a morte de milhares de brasileiros, de acordo com dados publicados pelo Ministério da Saúde (MS). Na última sexta-feira, o Brasil atingiu a triste marca de 1.601 óbitos confirmados por conta da doença, somente em 2024, além de outros 2.061 casos de morte ainda sob investigação. Os dados constam no Painel de Monitoramento das Arboviroses, atualizado pela própria pasta.

Ao todo, o país já registra mais de 3,6 mil óbitos confirmados ou suspeitos até o momento. Segundo a pasta, o número de mortes confirmadas já é 35% superior a todo o ano passado, quando foram contabilizadas 1.179 mortes de brasileiros pela doença. Sobre os casos prováveis, o painel do ministério revela que já são mais de 3,5 milhões em todo o país, contra 1,6 milhão em 2023.

Em relação à divisão por sexo, as mulheres são as que mais são impactadas pela dengue, e representam, ao todo, 55% de todas as ocorrências prováveis, ante 44% entre os homens. A faixa etária mais afetada pela doença é entre 20 e 29 anos, com 358 mil mulheres atingidas dentro dessa faixa, contra 299 mil homens.

Mesmo com o número de casos e mortes consideravelmente superior em relação ao ano passado, a letalidade da doença em relação ao total de casos apresentou uma leve redução, com 4,35% de casos graves em 2024, ante 4,83% no ano passado. Também é menor a letalidade dos casos prováveis, que passou de 0,07% para 0,05%.

De acordo com os dados, há um aumento muito expressivo — de mais de 17 vezes — entre as mortes por dengue que ainda estão sob investigação, entre 2023 e 2024. Em relação aos ocorridos no ano passado, apenas 114 ainda estão sendo investigados.



MS ampliou a faixa etária contemplada com a vacinação da doença para crianças e adolescentes entre 6 e 16 anos de idade

Também subiu o número de casos a cada 100 mil habitantes no país, que passou de 773 em 2023, para 1.741 neste ano.

### Vacinas

Enquanto os casos sobem, a vacinação contra a dengue ainda continua baixa. Na última quarta-feira, o MS recomendou a ampliação da faixa etária contemplada com a vacinação da doença para crianças e adolescentes entre 6 e 16 anos de idade. A pasta argumenta que a estratégia é temporária e visa a aplicação de doses que já estão próximas da

data de vencimento.

Se ainda houver baixa adesão pelos municípios à campanha de vacinação, a aplicação dos imunizantes que estão próximas ao vencimento poderá ser ampliada à faixa etária que consta na bula, que vai de 4 a 59 anos. A pasta reitera que a medida só deverá ser adotada em caso de necessidade, para que não haja perda do imunizante.

Por ser a unidade da Federação com a maior incidência de registros do país (7,9 mil a cada 100 mil habitantes), o Distrito Federal ainda sofre com os números elevados e as mortes

confirmadas ou suspeitas, que já somam 325 este ano. A coordenadora do Departamento de Pediatria Ambulatorial da Sociedade de Pediatria do DF (SP-DF), Andréa Jácomo, atesta a situação crítica vivida nas emergências de pediatria.

“A falta de atendimento pediátrico resolutivo, juntamente com os casos aumentados de dengue e os quadros respiratórios em franco aumento esperados anualmente pela sazonalidade de outono e inverno, apontam a necessidade de protegermos as crianças e adolescentes contra aquilo que podemos proteger”,

levanta a coordenadora.

Por ser mais transmissível no calor, a tendência, segundo especialistas, é de que haja uma regressão no número de casos durante o período atual, de outono e inverno. Apesar disso, essa tendência pode ser anulada, caso o público-alvo busque a imunização, como explica a médica infectologista Eliana Bicudo. “A gente percebe que os adultos ainda não entenderam que essa vacina é segura, que os seus filhos vão se beneficiar, que os riscos da dengue vão amenizar e diminuir nessa faixa etária”, pontua.

## Vacinação contra a gripe

Os resultados da campanha de vacinação contra a gripe ainda seguem aquém do esperado pelas autoridades. Segundo o Ministério da Saúde, apenas 14,4 milhões de brasileiros se vacinaram, o que representa somente 22% de todo o público alvo.

A campanha começou oficialmente no último dia 25 de março e a expectativa do governo federal é vacinar um total de 75,8 milhões de pessoas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). As regiões contempladas nesta fase são Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. A exceção vale para o Norte, onde a imunização deve ocorrer apenas no segundo semestre.

Atualmente, o Distrito Federal conta com a menor porcentagem da população vacinada, com apenas 13,78% do público-alvo contemplado com a dose. Na sequência, aparecem Mato Grosso do Sul (14,18%), Mato Grosso (14,36%), Bahia (14,92%) e Rio de Janeiro (17,76%).

Um dos grupos prioritários é o de crianças de 6 meses a menores de 6 anos, que devem receber duas doses do imunizante em um intervalo de 30 dias. Como explica o presidente do departamento de imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Renato Kfourri, a vacinação desse grupo é fundamental para o controle da doença.

“As crianças, especialmente as que frequentam a escola, são muitas vezes as portadoras, as que trazem o vírus para dentro de casa nas epidemias familiares”, detalha.

Apesar do tratamento para o vírus causador da gripe ser benéfico para o controle da doença, a vacinação é a principal forma de se evitar óbitos, ressalta o médico infectologista do Hospital Brasília, André Bon. “O vírus da vacina muda de um ano para o outro e a eficácia vai reduzindo ao longo do tempo”, pontua. (RP)



ROBERTO BRANT

“EM GOVERNOS ANTERIORES DO PT NEM SEMPRE A SINCERIDADE FOI A MAIOR QUALIDADE DOS MINISTROS ECONÔMICOS”

## A falta que faz a credibilidade diante da meta fiscal

Na semana que passou, a equipe econômica do governo anunciou alterações nas metas de resultado fiscal estabelecidas pelo chamado arcabouço fiscal, aprovado em 2023. As mudanças basicamente adiam a obtenção de um superavit fiscal de 1% do PIB, que estava previsto para ser alcançado em 2026, para 2028, já no próximo governo.

As reações do mercado financeiro foram muito negativas, embora as alterações em si mesmas não tenham sido tão grandes. Acho justo reconhecer que o anúncio nada mais foi que o reconhecimento de uma realidade. Em governos anteriores do PT nem sempre a sinceridade foi a maior qualidade dos ministros econômicos. Insistir em metas que, com certeza, não serão alcançadas é uma forma bastante grave de mentir para a sociedade, induzindo as pessoas e as empre-

sas a decidirem num ambiente que as autoridades sabem que é falso.

A discussão do equilíbrio fiscal no Brasil está muito contaminada pela emoção política e por ideias preconcebidas. O aumento dos gastos públicos e do endividamento não é uma excentricidade do Brasil, mas um fenômeno que se generalizou após a crise financeira internacional de 2008 e a pandemia de 2020.

O FMI informou recentemente que, em 2025, cinco dos sete países que compõem o grupo de ricos do chamado G7 vão apresentar uma relação dívida líquida/PIB superior a 100%. No Brasil, já com as recentes alterações das metas, em 2027, nossa dívida bruta está prevista para alcançar 77,9% do PIB, devendo chegar a um pico de 79,7% em 2029, uma trajetória que está alimentando muita turbulência.

Vejam que estamos comparan-

do coisas diferentes, dívida bruta e dívida líquida. No caso do Brasil, na apuração da dívida líquida são subtraídos os valores das nossas reservas cambiais, um ativo certo e líquido. No conceito de dívida líquida, o Brasil fechou 2023 com uma dívida de 60,9% do PIB e em 2029 chegaremos, conforme as previsões, a algo em torno de 66% do PIB. Nada que se aproxime de uma situação de catástrofe, embora os mercados continuem a contemplar nossas contas fiscais com olhos sombrios.

Os mercados da dívida brasileira são rigorosos e céticos em relação à gestão pública da economia por alguma razão. Nossos orçamentos públicos são muito rígidos, porque os gastos obrigatórios por lei constituem quase 95% de todas as despesas, tornando quase impossível a tarefa de cortar gastos. Tanto o Congresso Nacional quanto o Poder

Judiciário em geral têm sido pródi-gos em aprovar subsídios e favores tributários, ao mesmo tempo que não hesitam em criar gastos novos. É natural, portanto, a expectativa de que, em algum momento, as contas fiscais fiquem sem controle.

De qualquer modo, o principal fator para o crescimento da dívida pública ultimamente não tem sido tanto o excesso de gastos e, sim, os juros básicos necessários para combater a inflação e que determinam o custo de financiamento dessa dívida. Como sabemos, o déficit nominal, que é a soma do excesso de gastos em relação à receita mais o pagamento dos juros da dívida, é que causa o aumento da dívida.

Pois bem, entre 2012 e 2019, por exemplo, o déficit nominal médio foi de 6,4% do PIB ao ano, resultado de um excesso de gastos primários de apenas 0,7%

e de gastos com juros de 5,7% sempre em relação ao PIB. Muito mais do que a incontabilidade fiscal, o custo dos juros é que tem provocado a expansão constante da dívida. No resto do mundo é o contrário e os juros são uma parcela pequena do déficit.

Juros tão altos e tão acima dos padrões internacionais não são um ato de maldade da autoridade monetária, mas o reflexo da falta de confiança do mercado e da sociedade no funcionamento das instituições e na qualidade dos governos. Por isso, para além das frivolidades que dominam o ambiente político, o que mais falta ao país seriam governantes e líderes que superassem sua própria pequenez e assumissem alguma grandeza, mesmo provisória, e buscassem um grande pacto de governabilidade que recuperasse um mínimo de confiança e credibilidade nas instituições e no governo, sem o que os governos democráticos não podem funcionar.